

# GOVERNO TENTARÁ VIABILIZAR EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO 90

OTÁVIO VERÍSSIMO

O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, informou ontem que vem mantendo entendimentos com o Gabinete Civil da Presidência da República no intuito de viabilizar o início imediato da execução orçamentária de 1990, principalmente no que se refere aos itens de manutenção dos ministérios. A solução, segundo o ministro, poderá seguir os moldes da que foi adotada ano passado, autorizando-se o pagamento de algumas despesas exclusivamente de manutenção dos órgãos da administração direta até que o texto final da lei orçamentária aprovada pelo Congresso Nacional possa ser submetido a apreciação.

A expectativa do ministro é de que o orçamento de 1990 venha a ser submetido a sanção presidencial até o final deste mês. Assim, para evitar que o funcionamento dos órgãos públicos venha a ser afetada, a Seplan está formalizando uma consulta à Consultoria Geral da República sobre a viabilidade jurídica de o Executivo iniciar a execução orçamentária, restringindo-se, porém, a apenas alguns itens de manutenção da máquina governamental.

João Batista de Abreu explicou que também é intenção do Governo incluir nessa autorização de execução orçamentária preliminar alguns programas de natureza assistencial que também não podem ser interrompidos. Entre os programas citados pelo ministro estão os de alimentação, ministrados pela Legião Brasileira de Assistência (LBA); e o programa do leite.

A autorização para uma execução orçamentária preliminar, proposta pela Seplan, ocorreria na forma de uma orientação da

Secretaria do Tesouro Nacional (STN) aos demais órgãos da administração direta, instruindo-os para a liberação de recursos destinados a atividades específicas.

“Não há por que recorrer a uma medida provisória”, explicou João Batista de Abreu. “A medida provisória somente poderia ser utilizada para crédito extraordinário e esse tipo de crédito somente se configura quando houver uma situação de imprevisibilidade, o que não está ocorrendo no momento. O que estamos enfrentando é muito mais uma questão de complexidade de montagem do orçamento, devido ao grande número de emendas encaminhadas pelos parlamentares”.

## MOBILIZAÇÃO

Apesar de a lei orçamentária para este ano haver sido aprovada pelo Congresso Nacional, no prazo previsto, ela só deverá ser sancionada dentro de aproximadamente 15 dias. É que os técnicos da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) estão tendo dificuldades na redação do texto final que será submetido ao presidente Sarney. A dificuldade maior decorre da necessidade de adequar os 8 mil novos projetos de atividades orçamentárias que resultaram das emendas sugeridas e aprovadas pelos parlamentares.

Para tentar solucionar esse problema o mais rápido possível ficou acertado, em reunião entre o secretário-geral do Ministério do Planejamento, Ricardó Santiago, o secretário de Orçamento e Finanças (SOF), Pedro Pullen Parente, mais os secretários-gerais e todos os titulares de orçamento dos demais ministérios, um esquema de cooperação entre os técnicos do governo e a assessoria do Senado Federal.